

(In)compreensibilidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público pelos usuários externos

Eliane Utrabo Camacho¹ , Elionor Farah Jreige Weffort² , Alexandre Sanches Garcia² ,
Andréa de Oliveira Gonçalves³ 

¹Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

²Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo-SP, Brasil.

³Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil



eliane.camacho@ucb.org.br
eweffort@fecap.br
garcia@fecap.br
andreagon@unb.br

Editado por:
Cláudia Cruz

Resumo

Objetivo: Investigar a legibilidade e a compreensibilidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público a partir do entendimento dos usuários externos.

Método: Com base em pesquisas anteriores, foram selecionadas as variáveis associadas à legibilidade e à compreensibilidade e desenvolvido questionário eletrônico que permitisse observá-las. Foram obtidas 415 respostas válidas em uma amostra de cidadãos brasileiros. A análise foi realizada de forma qualitativa e quantitativa mediante teste de relações entre as variáveis, em especial, análise confirmatória.

Resultados: Apontaram relações estatisticamente significativas entre a compreensibilidade das demonstrações e as variáveis: grau de escolaridade, formação acadêmica, ocupação e autoavaliação em conhecimento sobre a contabilidade do setor público. Foi encontrada relação entre a legibilidade, medida pelo teste de Flesch, o grau de escolaridade do respondente e a compreensibilidade das informações, corroborando a literatura acerca do tema, ainda que majoritariamente voltada aos relatórios de entidade do setor privado.

Contribuições: O estudo demonstra a necessidade de melhoria na qualidade dos relatórios contábeis do setor público, reduzindo a lacuna existente na literatura nacional e internacional sobre o tema, e apresenta como contribuições: (I) para pesquisas futuras, oferece instrumento para coleta de dados (questionário) inédito, calcado em sólido arcabouço teórico e validado por uma ampla amostra; (II) achados inéditos sobre variáveis relacionadas à compreensibilidade não abrangidos em outras pesquisas para o setor público; (III) evidências que provocam reflexão junto ao poder público e à comunidade sobre a necessidade de melhoria na forma de divulgação e comunicação das informações do setor público, bem como, identifica caminhos para tal.

Palavras-chave: Informação; Compreensibilidade; Legibilidade; Demonstrações Contábeis; Setor Público.

Como citar:

Camacho, E. U., Weffort, E. F. J., Garcia, A. S., & Gonçalves, A. de O. (2022). (IN)COMPREENSIBILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PELOS USUÁRIOS EXTERNOS . Advances in Scientific and Applied Accounting, 15(2). <https://doi.org/10.14392/asaa.2022150203>

Recebido: Fevereiro 10, 2022
Revisões requeridas: Março 17, 2022
Aceito: Setembro 28, 2022

Introdução

O estudo da transparência tem atraído atenção considerável em quase todas as áreas do conhecimento administrativo. Seja na política, até nos negócios, nos assuntos públicos e nos jurídicos, a transparência é importante. A informação acessível é o principal alicerce de democracias e mercados sólidos, pois a transparência dissipa a opacidade, o primeiro refúgio da corrupção, da ineficiência e da incompetência (Michener & Bersch, 2011).

No setor público, a divulgação de informações é objeto para o controle social, sendo a contabilidade aplicada a este setor o suporte de qualidade à instrumentalização da sociedade, ao propiciar informações compreensíveis e significativas aos cidadãos (Augustinho & Oliveira, 2014). Neste escopo, o Estado deve garantir o amplo acesso à informação, fazendo com que a contabilidade cumpra seu objetivo de gerar informações que sejam úteis e compreensíveis ao maior número de usuários (Ijiri, 1975; Riahi-Belkaoui, 1995).

Deve-se ressaltar, porém, que a qualidade da transparência não depende somente de como a informação é disponibilizada, mas do quanto ela se presta a uma inferência precisa (Michener & Bersch, 2011), uma vez que a informação nem sempre é a resposta, podendo ser, muitas vezes, parte do problema (Eppler, 2006).

Assim, para que ocorra a efetiva comunicação das informações, deve-se haver um significado comum entre emissor e destinatário, para que este seja capaz de compreendê-la, sendo possível identificar no processo de comunicação das informações contábeis os elementos da teoria da comunicação, a qual fornece subsídios para entender este processo (Dias Filho & Nakagawa, 2001; Shannon, 1948).

Por serem os cidadãos os usuários primários dos relatórios financeiros do setor público, espera-se que esses sejam apresentados em linguagem simples, clara e sucinta, de modo que sejam compreensíveis. Nesse sentido, a compreensibilidade dos relatórios está claramente relacionada ao repertório e às necessidades dos usuários (Resolução CFC, 2016; IPSASB, 2010).

Todavia, a utilidade das informações depende em parte da legibilidade, bem como da capacidade dos usuários em compreendê-las (Smith & Taffler, 1992). Assim, a preocupação acerca desta temática, em medir a legibilidade e a compreensibilidade de textos na contabilidade, ocorre há bastante tempo, tanto em

pesquisas que abordam a legibilidade (e.g. Barnett & Leoffler 1979; Jones & Shoemaker, 1994; Li, 2008; Marsh & Montondon, 2005; Peleias, 2017; Rodrigues & Silva, 2015; Silva & Fernandes, 2009) quanto em pesquisas que focam a compreensibilidade (e.g. Adelberg, 1979; Cotrim, 2012; Jones & Smith, 2014; Smith & Taffler, 1992; Stead, 1977).

Neste sentido, ao aprofundar a análise no campo da teoria da comunicação, especificamente na literatura sobre compreensibilidade, legibilidade e qualidade da informação, questionou-se: quais são as variáveis associadas à legibilidade e à compreensibilidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público a partir do entendimento dos usuários das informações? Desta forma, este artigo traz uma discussão acerca das variáveis associadas à legibilidade e à compreensibilidade das demonstrações contábeis do setor público a partir do entendimento de seus usuários externos.

Ressalta-se que as lacunas observadas na literatura acerca da utilização de métricas de legibilidade e dos elementos que facilitam a escrita em linguagem simples como forma de aprimorar a qualidade dos relatórios financeiros do setor público é uma constatação no campo acadêmico, haja vista a necessidade de produção e divulgação de informações úteis e compreensíveis, especialmente no trato da coisa pública.

Na sequência, apresentam-se a revisão de literatura e os pressupostos da pesquisa. Em seguida, abordam-se os procedimentos metodológicos, seguidos pela descrição e pela análise dos resultados e, por último, as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1. Contabilidade e setor público: implicações da linguagem nas informações

A contabilidade aplicada ao setor público passa atualmente por grandes transformações, decorrentes do processo de convergência às normas internacionais. Espera-se com isso, o aprimoramento na qualidade das informações, melhoria no processo de tomada de decisão, redução da corrupção e a ampliação do controle social (Ijeoma, 2014; Leandro, Pérez & Hernandez, 2016; IPSAS, 2017).

O controle da legalidade, das ações realizadas pelo setor

público e dos recursos utilizados para custear essas ações é feito por meio da prestação de contas dos agentes públicos, a qual se materializa com a evidenciação das demonstrações financeiras, sendo este o processo de comunicação contábil (Augustinho & Oliveira, 2014).

A contabilidade é a linguagem dos negócios e, acima de tudo, uma ferramenta de comunicação. Entretanto, a contabilidade precisa atingir níveis adequados de legibilidade e compreensão para garantir a eficácia das comunicações contábeis (Riahi-Belkaoui, 1995), e se estas não atingirem seus destinatários tempestivamente e de forma compreensível, de maneira alguma, poderão surtir o efeito desejado (Dias Filho, 2013).

A partir da Teoria da Comunicação (Shannon, 1948), é possível traçar um comparativo entre os elementos nela propostos com um sistema contábil, em que: a fonte de informação é decorrente dos eventos econômicos; o papel do transmissor é desempenhado pelo contador, o qual observa os eventos e os codifica para transmitir a informação por meio da divulgação dos relatórios contábeis; e o canal é o meio pelo qual serão transmitidas as informações do transmissor até o receptor, sendo este qualquer usuário da informação contábil, que a recebe, decodifica e a interpreta para a tomada de decisão que é o destino final da informação (Dias Filho & Nakagawa, 2001).

Marteletto (1987) afirma que a abordagem nascida na teoria matemática da informação de Shannon é um sistema rigoroso e mecânico onde a importância está centrada no canal e sua capacidade de transmitir a informação. Embora não possa explicitar as dimensões psicológicas, psicossociais e sociológicas da informação, a teoria tem sido amplamente utilizada nas ciências sociais, o que justifica a sua relevância e utilização no contexto desta pesquisa.

Neste sentido, a teoria da comunicação fornece metodologia para aprimorar a evidenciação contábil, tendo em vista as semelhanças existentes entre o processo geral de comunicação e o processo contábil (Dias Filho, 2013). Assim, “a fonte das informações deve procurar reconhecer as necessidades de cada estrato de usuário e avaliar sua habilidade em interpretar a informação adequadamente” (Dias Filho & Nakagawa, 2012, p. 10).

Lesca e Lesca (1995) abordam que como pressuposto à compreensibilidade, a qualidade da informação está relacionada à efetividade das informações, sendo esta, determinada pela diferença entre a informação requerida

pelos usuários e a informação de fato obtida por estes. Relacionando-se ainda com determinadas características da informação, tais como formato, conteúdo, custo, tempo, valor e utilidade (Eppler, 2006). Dessa forma, o conceito de qualidade da informação é relativo dependendo das diferentes percepções e necessidades dos usuários (Parker, Moleshe, Harpe & Wills, 2006).

A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite aos usuários assimilar o seu significado, e, para tanto, a informação deve ser apresentada de modo a corresponder às necessidades e à base de conhecimento destes (Resolução CFC 2016). Não obstante a apresentação de informações de forma clara e concisa ajude os usuários a compreendê-las, a compreensão de fato irá depender, em grande parte, das características destes usuários (IPSASB, 2010).

No setor público, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas e divulgadas de modo a atender à necessidade informacional dos usuários dos serviços públicos e dos provedores de seus recursos (Resolução CFC, 2016). Entretanto, o primeiro passo para a compreensão das informações é a sua divulgação, o que se dá por meio da transparência, a partir da noção de abertura e comunicação, ao contrário do segredo e da ocultação (Barth & Schipper, 2008). Transparência é uma palavra que define tudo o que é aberto, confiável, participativo e responsável (Michener & Bersch, 2011).

No Brasil, o direito à transparência dos atos públicos é assegurado na Constituição Federal (1988), a qual expressa que todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações. Desde então, a divulgação vem sendo ampliada e o país deu o mais importante passo na consolidação de sua democracia com a aprovação da Lei n. 12.527 (2011), a lei de acesso à informação, ampliando os meios de acesso aos cidadãos e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública.

O principal objetivo da normativa é o de implantar no país uma cultura de acesso, em que a Administração Pública deve ter consciência de que a informação pública é direito do cidadão e a ele pertence, cabendo ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível. Isso vem sendo possibilitado também a partir dos sistemas e-gov, uma ferramenta de informação e comunicação fundamental para a melhoria dos serviços públicos e para a eficácia das políticas públicas, facilitando o acesso dos cidadãos às informações sobre a gestão pública (e.g. Augustinho & Oliveira, 2014; Avelino, Cunha, Lima & Colauto, 2014; Maia, 2014; Pina, Torres & Royo, 2007).

Assim, diante da necessidade de se fornecer informações inteligíveis, e, no caso específico da informação contábil, para que ela atinja os destinatários de forma que possa ser utilizada, é necessário que o usuário consiga ler e compreender a mensagem transmitida. Desta forma, percebendo-se a existência de possíveis problemas na forma de comunicação das informações do setor público, os conceitos de legibilidade e compreensibilidade, advindos de estudos na área da educação, são utilizados neste escopo.

A legibilidade é centrada no texto, enquanto a compreensão mede a interação entre o texto e o leitor. A legibilidade mede a dificuldade textual de uma passagem, enquanto a compreensão mede a capacidade de um leitor adquirir conhecimento de um texto, e é dependente não só da dificuldade sintática, mas também das características do leitor, tais como conhecimento prévio, interesse e capacidade geral de leitura. A legibilidade ou complexidade sintática de um texto, no entanto, é essencialmente fixa. A legibilidade é um pré-requisito da compreensão, mas não garante a compreensibilidade (Jones, 1997).

Loughran e McDonald (2014) definem legibilidade como a comunicação eficaz de informações relevantes para a avaliação. Fakhfakh (2014) a define como a facilidade com que o texto pode ser lido e compreendido. Para Peleias (2017, p. 25) legibilidade é “a qualidade da escrita, ligada à qualidade da informação contábil, cujo objetivo é facilitar a leitura e a compreensão das demonstrações financeiras, resultando em uma comunicação mais fácil e rápida das informações contábeis para seus usuários”.

As fórmulas de legibilidade são modelos matemáticos que atribuem uma pontuação a uma passagem selecionada. Essencialmente medem a dificuldade da frase contando o número de palavras por frase e a dificuldade das palavras por número de letras ou a quantidade de sílabas por palavras (Fakhfakh, 2014; Marsh & Montondon, 2005; Silva & Fernandes, 2009). Concentram-se na previsão da complexidade do texto usando características sintáticas e de vocabulário. Essas fórmulas são passivas e não exigem a participação do leitor (Jones, 1997; Rodrigues & Silva, 2015).

Existem várias fórmulas de legibilidade disponíveis, como o *Dale-Chall*, *Flesch Reading Ease Score*, *Fog Index* e *Lix* (Marsh & Montondon, 2005). O teste de *Flesch* é aceito e utilizado na literatura contábil (Courtis, 1996; Cunha & Silva, 2009; Silva & Fernandes, 2009; Peleias, 2017) para a análise de legibilidade. Ele produz uma pontuação

que pode ser alinhada ao nível de dificuldade de leitura, quanto mais baixa a pontuação, mais difícil é a leitura da passagem narrativa. Textos com pontuação acima de 70 são considerados relativamente fáceis de ler; pontuações entre 50 e 30 são classificados como difíceis e as narrativas com menos de 30 pontos são muito difíceis (Clarke, Hrasky, & Tan, 2009; Marsh & Montondon, 2005).

Como forma de orientação para que os textos sejam escritos em linguagem clara e simples, existem alguns movimentos mundiais conhecidos como *plain language*, que consistem na elaboração de manuais de orientação sobre como escrever em linguagem simples e como consequência aumentar a compreensão dos usuários acerca da informação.

A linguagem simples é a comunicação por meio da qual o público pode entender pela primeira vez o que lê ou escuta, entretanto a linguagem que é clara para um público pode não ser para outro. O material pode ser considerado escrito em linguagem simples se o público puder encontrar o que precisa, compreender e ser útil para as suas necessidades. Nenhuma técnica define uma linguagem simples. Um idioma simples é definido por resultados, ou seja, deve ser fácil de ler, compreender e usar (Plainlanguage, 2011).

Neste sentido, a utilidade das divulgações narrativas dependerá em parte da complexidade da exibição (sua legibilidade) e da capacidade dos usuários de discernir o significado apropriado (sua compreensão). Se a mensagem pretendida pelos preparadores de divulgações contábeis deve ser transmitida com êxito, o receptor deve ser capaz de ler e entender (Smith & Taffler, 1992).

Smith e Taffler (1992) definem a compreensibilidade como a capacidade do usuário de discernir o significado da mensagem e sustentam que o receptor precisa ser capaz de ler e entender a mensagem para que, de fato, haja a compreensão.

Linguisticamente, a compreensão está relacionada à percepção do significado correto dos textos e a inteligibilidade assume que os leitores são capazes de ler o conteúdo da informação e o significado das ideias. A compreensão como característica qualitativa é condicionada por vários fatores, tais como: habilidades de escrita, confiabilidade na comunicação e habilidades de leitura (Fakhfakh, 2014).

Neste sentido, Jones e Smith (2014) abordam que a

compreensão mede a capacidade de um leitor adquirir conhecimento de um texto e é contingente não só da dificuldade sintática, mas também das características do leitor, tais como conhecimento prévio sobre o assunto, interesse e capacidade geral de leitura.

Dessa forma, a compreensibilidade das demonstrações financeiras irá depender da capacidade do usuário em ler e compreender o significado da mensagem, bem como de suas experiências anteriores, tais como conhecimento do assunto e facilidade de leitura.

Neste artigo, a definição de compreensibilidade para as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é entendida como a capacidade do leitor em interpretar o que é informado e está baseada na ideia de que leitor entendeu a mensagem e pode dela fazer uso, cujo objetivo é servir como ferramenta de controle social.

3. Metodologia

Neste trabalho, adotou-se a abordagem exploratória (Babbie, 2011) haja vista a ausência de pesquisas anteriores com o mesmo arcabouço conceitual. Foi utilizado questionário eletrônico, por meio da ferramenta SurveyMonkey®, como instrumento de coleta dos dados (Cozby & Bates, 2011; Martins & Theóphilo, 2009). Tal instrumento de coleta foi desenvolvido a partir da matriz de amarração Mazzon (1981), que fornece uma abordagem sistêmica ao examinar a qualidade da pesquisa, ou seja, a adequação entre modelo adotado, objetivos a serem atingidos, questões ou hipóteses formuladas e tratamento dos dados.

O questionário¹ foi composto por quatro blocos nos quais se buscou identificar: (I) perfil dos respondentes; (II) entendimento dos usuários sobre o interesse e a usabilidade das demonstrações financeiras; (III) entendimento dos usuários sobre a compreensibilidade das demonstrações financeiras e (IV) entendimento dos usuários sobre a utilização dos elementos do *plain language* como facilitadores da compreensibilidade das informações do setor público.

No bloco III foram incluídas questões, para as quais

houve a aplicação do teste de *Flesch* em determinadas

notas explicativas, a fim de se analisar a relação entre compreensibilidade e legibilidade. Para tanto, foram utilizadas passagens das notas explicativas que tivessem índices de *Flesch* diferentes (fácil de ler e difícil de ler), buscando analisar se as notas com maior índice de *Flesch* são mais compreensíveis e notas com menor índice de *Flesch* são menos compreensíveis.

Como forma de atingir o maior público possível de respondentes, foram tecidas parcerias com entidades e organizações, como o Observatório Social de São Paulo; a Associação Contas Abertas; a ONG Transparência Brasil e o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo. O questionário foi divulgado ainda nas redes sociais por meio do Facebook, LinkedIn e WhatsApp, contatos de e-mail, alunos de graduação em Ciências Contábeis e Administração; alunos e ex-alunos de pós-graduação e do mestrado, e ainda, a distribuição de questionários impressos. A divulgação por meio das parcerias e por redes sociais, permitiu a participação de respondentes de diversos estados do Brasil.

Para a etapa do pré-teste foram selecionados três públicos-alvo diferentes: o primeiro deles, quatro membros do Observatório Social de São Paulo, como representantes dos cidadãos; o segundo grupo era composto por doze alunos do curso de pós-graduação em gestão e controladoria pública da FECAP/SP e o terceiro grupo composto por docentes do curso de graduação em Ciências Contábeis, totalizando vinte e dois possíveis respondentes. Estes participantes não fizeram parte da amostra final de respondentes, e foram utilizados especificamente para validação e ajustes no instrumento de coleta dos dados.

O questionário foi disponibilizado no período de 23/4/2018 a 22/5/2018. Os dados coletados registraram 653 respostas, das quais 415 completas, especificamente as que foram utilizadas na análise dos dados. Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa por meio de teste de relações entre as variáveis. As relações esperadas estão sustentadas teoricamente conforme a Figura 1.

¹ A versão original do questionário está disponível mediante solicitação aos autores.

Figura 1 - Variáveis e Relações esperadas

Variável	Relação esperada	Autores
Escolaridade	Pessoas com maior escolaridade possuem maior compreensibilidade das demonstrações financeiras	(Augustinho & Oliveira, 2014; Coltrim, 2012; Miranda et al., 2008; Hall, 2001).
Área de graduação	Pessoas com escolaridade superior nas áreas de contabilidade, finanças e economia, possuem maior compreensibilidade das demonstrações financeiras	(Coltrim, 2012; Hall, 2001)
Ocupação	Servidores públicos compreendem melhor as demonstrações financeiras	-
Conhecimento em contabilidade do setor público	Pessoas com maior conhecimento em contabilidade do setor público possuem maior compreensibilidade das demonstrações financeiras	(Augustinho & Oliveira, 2014; Miranda et al., 2008).
Legibilidade	Quanto maior a legibilidade das narrativas contábeis, maior será a compreensibilidade.	(Clark, Hrascky & Tan, 2009; Jones & Smith, 2014; Marsh & Montlondon, 2005; Jones, 1997; Smith and Taffler, 1992; Yusuf and Jordan, 2017).

A partir dos dados do questionário, foram rodados 14 modelos no SmartPLS 3.2.8. Em cada modelo, analisou-se a significância estatística das relações estruturais (coeficiente beta de regressão) entre as variáveis relativas às características dos respondentes e às concernentes à compreensibilidade das demonstrações financeiras.

Para tanto, foram seguidos os procedimentos de *bootstrapping* com 5.000 reamostragens e nível de significância de 0,05. A significância estatística das regressões foi analisada pelo valor-t $\geq 1,96$ (HAIR et al., 2014) e valor-p $< 0,05$.

Analisou-se também o tamanho do efeito (f^2) ou Indicador de Cohen, cujos valores de referência são: 0,02, 0,15 e 0,35, respectivamente, pequenos, médios e grandes (COHEN, 1988; HAIR et al., 2014).

4. Análise dos Resultados

Nesta seção, apresentam-se os resultados e as discussões das variáveis associadas à compreensibilidade dos relatórios financeiros do setor público a partir do entendimento dos usuários dessas informações, especificamente as variáveis atribuídas às características dos indivíduos, à compreensibilidade e à legibilidade.

O perfil dos respondentes em sua maioria é do gênero feminino, com escolaridade de nível superior ou acima desse, predominando os graduados em ciências contábeis (38%) e administração (17%); faixa etária de 40 anos de idade ou menos; ocupados profissionalmente, em sua maioria, no setor privado (30%) e no setor público (26%) e, quando questionados sobre o conhecimento em contabilidade do setor público, 85,89% assumiram possuir nenhum, pouco ou razoável conhecimento.

Assim, o perfil geral dos respondentes foi de cidadãos com nível de escolaridade especializado, mas que não possuem, em sua maioria, conhecimentos específicos sobre a contabilidade do setor público.

No bloco 2, que tratou do interesse e da usabilidade das informações, identificou-se o canal utilizado na comunicação de informações (Dias Filho & Nakagawa, 2012; Shannon, 1948; Shannon & Weaver, 1964), bem como as necessidades de informações por parte dos usuários, pois para ser compreensível, a informação deve ser apresentada de maneira que corresponda às necessidades dos usuários (Resolução CFC, 2016).

A maior parte, 58,31%, afirmou que nunca procurou ou procura raramente informações sobre as contas públicas, sendo o meio mais utilizado para busca o portal de transparência do município, seguido pelo site da prefeitura e diário oficial.

Assim, a partir deste grupo de respondentes e da lei de acesso à informação (2011), é possível indicar que o canal (Dias Filho & Nakagawa, 2012; Shannon, 1948; Shannon & Weaver, 1964) utilizado para disponibilizar as informações do setor público, conforme regulamentação, é o mesmo no qual os usuários, em sua maior parte, buscam essas informações, sendo este o portal da transparência. Esse é um fator importante, uma vez que o primeiro passo para se compreender as informações é saber onde procurá-las e que elas estão neste canal de forma íntegra e tempestiva (Resolução CFC, 2016; Eppler, 2006; Lesca & Lesca, 1995).

Quando questionados sobre a procura e/ou a utilização das demonstrações contábeis do setor público, 59% afirmaram nunca ter procurado em contrapartida a 41% que já o fizeram. Independentemente de já ter procurado e/ou utilizado, quando questionados sobre as informações que julgavam ser de maior interesse, os dois grupos afirmaram ter preocupação com as receitas e despesas, em especial relativas a saúde e educação.

Os resultados encontrados são condizentes com os achados da pesquisa de Jordan, Yusuf, Mayer e Mahar (2016), onde demonstram que os cidadãos estão mais interessados em alguns tipos de informações do que outras, sendo estas especificamente relativas às receitas e despesas do governo.

Desta forma, Jordan et al. (2016) afirmam ainda que a divulgação destas informações, em especial, de forma oportuna, relevante e contextualizada, visando auxiliar

os cidadãos, pode aumentar a confiança destes no governo, bem como aumentar a sua percepção sobre o desempenho do governo. Augustinho e Oliveira (2014) também identificaram em sua pesquisa que os respondentes percebem a utilidade da informação contábil, bem como possuem interesse pelo seu conteúdo.

Quando questionados sobre a usabilidade das informações, a maior parte dos respondentes afirmou ter procurado e/ou utilizado as informações do setor público para avaliar os gastos públicos (24%); conhecer a administração geral do município (20%); saber se o resultado do orçamento do município é positivo (16%); avaliar se o governo gasta conforme a lei que autoriza os gastos e a avaliar as receitas públicas (13%); controlar as ações dos gestores públicos (11%) e eleger os dirigentes (3%).

A preocupação tanto dos que já procuraram e/ou utilizaram as informações financeiras do setor público quanto dos que procurariam e/ou usariam estas informações, é referente à avaliação dos gastos públicos, bem como ao conhecimento da administração geral do município. Os resultados são condizentes com os achados da pesquisa de Augustinho e Oliveira (2014) e Jordan et al. (2016).

No bloco 3, foram apresentados aos respondentes, parte dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e notas explicativas ao balanço orçamentário e balanço patrimonial, visando proporcionar-lhes o contato direto com as informações, como ocorre na realidade.

De modo geral, em todos os questionamentos sobre a compreensibilidade das demonstrações financeiras, as respostas foram no sentido de concordar total ou parcialmente com a compreensão. Era esperado, entretanto que os respondentes não fossem capazes de compreendê-las, conforme pesquisas anteriores (e.g. Gallon & Pfitscher, 2011; Hall, 2001; Miranda et al., 2008).

Quanto à compreensibilidade do balanço orçamentário, 44,48% disseram concordar com a compreensibilidade; 34,89% discordaram total ou parcialmente; e 20,64% não opinaram. Quando questionados sobre a identificação no balanço se as receitas arrecadadas foram menores do que as previstas, 53% responderam corretamente, demonstrando que, de fato, compreenderam a informação; em contrapartida quando questionados sobre se as despesas realizadas foram maiores do que as previstas, a maioria das respostas (46%) foi no sentido de

não compreender esta informação.

Ainda sobre o balanço orçamentário, quando questionados sobre o total de despesas realizadas com folha de pagamento, que seriam as despesas empenhadas, 80,86% responderam de forma errada, o que demonstra que a utilização de termos técnicos quando se elabora o balanço orçamentário pode levar a interpretações equivocadas por parte dos usuários que, por muitas vezes, não conhecem as siglas e nomenclaturas do setor contábil, como, por exemplo, a diferença entre os termos despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

As mesmas questões anteriores foram realizadas apresentando as informações em formato de gráfico, o que aumentou consideravelmente a compreensão dos respondentes. Foi possível perceber assim, que a utilização de gráficos e de informações simplificadas podem aumentar a compreensão sobre as informações. Isto foi evidenciado tanto no baixo nível de respondentes que afirmaram não saber responder, bem como na comparação das respostas dadas anteriormente, que foi significativamente maior, apoiando a literatura sobre o tema (Resolução CFC, 2016; Dubay, 2004; *Lenguage Claro*, 2007; *Plainlanguage*, 2011; *Securities Exchange Commission*, 1998).

Quanto à compreensibilidade do balanço patrimonial 43,25% concordaram total ou parcialmente com a sua compreensão; 34,15% discordaram total ou parcialmente; e 22,60% não discordaram nem concordaram. Quando solicitados a encontrar na demonstração o total da dívida com fornecedores do município, 83,96% responderam adequadamente.

Com relação ao questionamento sobre a compreensibilidade do balanço financeiro, 46,66% concordaram total ou parcialmente com a sua compreensibilidade; 31,85% discordaram total ou parcialmente e 14,07% não opinaram. Quando perguntados sobre o montante das transferências federais recebidas pelo município, 77,19% responderam adequadamente, demonstrando que compreendem a informação.

Referente às notas explicativas, o foco dos questionamentos foi acerca da legibilidade das informações e a compreensibilidade dos respondentes. Para tanto, foram utilizadas notas explicativas do balanço orçamentário, com índice de *Flesch* de 41, tratando-se de um texto difícil de ler. Posteriormente, as mesmas notas explicativas foram reescritas, mantendo-se a substância do texto

anterior, porém, atingindo-se um índice de legibilidade de 70, considerado como fácil de ler.

Quanto às notas explicativas com menor legibilidade, 50,75% concordaram total ou parcialmente com a sua compreensibilidade; 34,08% discordaram total ou parcialmente e 15,17% não opinaram. O mesmo questionamento referente à nota com maior legibilidade, retornou 68,58% dos respondentes considerando a informação total ou parcialmente compreensível; 17,83% discordando total ou parcialmente, e 13,47% não opinando

Ainda referente a estes dois modelos de notas explicativas, os respondentes foram questionados se as informações eram apresentadas em linguagem clara e acessível, em estilo simplificado, com quantidade adequada de informação (nem muito, nem pouco) e sem redundâncias (indo direto ao ponto). Os percentuais encontrados na nota explicativa com maior legibilidade são relativamente superiores no sentido de concordar total ou parcialmente com essas assertivas.

Esses resultados permitem corroborar com a literatura no sentido de que os relatórios contábeis são escritos em linguagem difícil (Hall, 2011), sendo necessário o uso de termos menos técnicos para aumentar a sua compreensão (Félix & Silva; 2009; Miranda et al., 2008; Santos & Mascarenhas, 2007) e, que a utilização dos elementos que facilitam a legibilidade, tais como os do *plain language* (Resolução CFC, 2016; CODIM, 2016; Dubai, 2004; Lenguage Claro, 2007; Plainlanguage, 2011; OCPC 07, 2014; *Securities Exchange Commission*, 1998) podem melhorar a compreensibilidade das informações.

Em continuação, as características dos respondentes foram testadas com relação às respostas dadas sobre a compreensibilidade das demonstrações financeiras. Assim foram utilizadas as variáveis grau de escolaridade, área de graduação, ocupação e conhecimento em contabilidade do setor público.

Na Tabela 1 são demonstradas as variáveis que apresentaram relação significativa, a demonstração financeira correspondente, o valor-t, valor-p e o F^2 obtidos, e por fim, a relação que pode ser deduzida.

Tabela 1- Relações entre as características dos usuários e a compreensibilidade das demonstrações

Variável	Demonstração Financeira (Balancço)	Valor-t	Valor-p	F ²	Relação
Grau de escolaridade	Orçamentário	2,115	0,034	0,009	Quanto maior é o grau de escolaridade, maior é a compreensibilidade.
	Patrimonial	3,865	0,000	0,033	
	Financeiro	2,754	0,006	0,019	
Curso de graduação	Orçamentário	1,312	0,19	0,005	Cidadãos com graduação em ciências contábeis compreendem melhor as informações.
	Patrimonial	5,047	0,000	0,068	
	Financeiro	2,429	0,015	0,017	
Ocupação	Orçamentário	2,307	0,021	0,012	Cidadãos que atuam no setor público compreendem melhor as informações.
	Patrimonial	0,0331	0,741	0,000	
	Financeiro	1,032	0,302	0,002	
Autoavaliação	Orçamentário	4,816	0,000	0,060	Conhecimento em contabilidade do setor público não tem relação com a compreensibilidade das informações.
	Patrimonial	4,552	0,000	0,051	
	Financeiro	4,179	0,000	0,042	

Com relação à variável "ocupação" era esperado que, os funcionários públicos tivessem uma melhor compreensão dos balanços e das demais informações das contas públicas, porém o que se verificou, foi a relação desta variável apenas com a compreensibilidade do balanço orçamentário e com a identificação do total de fornecedores, solicitada na análise do balanço patrimonial.

A relação obtida entre o grau de escolaridade e a compreensibilidade vai ao encontro da literatura de Hall (2001), Jones e Shoemaker (1994) e Kinnersley e Fleischman (2001), ao afirmarem que os relatórios financeiros são difíceis de serem compreendidos, sendo necessária uma educação de nível superior para compreendê-los. Dessa forma, exigem um nível de conhecimento superior ao que a população detém, tornando-se um método de comunicação ineficaz.

Referente à relação entre a área de graduação e a compreensibilidade, foram identificadas relações significativas com a compreensão dos balanços patrimonial e financeiro, não ocorrendo o mesmo em relação ao balanço orçamentário.

Na relação entre conhecimento em contabilidade do setor público e compreensibilidade, embora tenha havido relação no teste, a maior parte dos respondentes afirmou não ter conhecimento neste setor. Assim, é possível dizer que o conhecimento em contabilidade governamental

não aumenta, de forma estatisticamente significativa, a compreensibilidade das informações. Este achado é condizente com a pesquisa de Miranda et al. (2008).

Em seguida, testou-se a relação entre a legibilidade das notas explicativas, a compreensibilidade dos respondentes e o grau de escolaridade destes. Os resultados obtidos são demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 - Relações entre legibilidade, compreensibilidade e grau de escolaridade

Variável	Demonstração Financeira	Valor-t	Valor-p	f²	Relação
Escolaridade	Nota explicativa (menor legibilidade)	1,383	0,167	0,005	Quanto maior a legibilidade, menor é a dependência do grau de escolaridade para a compreensibilidade da informação.
Escolaridade	Nota explicativa (maior legibilidade)	0,498	0,619	0,001	

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, é possível verificar que não existe relação entre a legibilidade e o grau de escolaridade ao nível de significância de 0,05. Contudo, se considerado estatisticamente significante a 1%, identifica-se relação entre a escolaridade e a nota explicativa com maior legibilidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que há relação entre legibilidade, escolaridade e compreensibilidade, porém, essa associação vai se tornando menos significativa ao se aumentar a legibilidade da nota explicativa, reafirmando que textos com legibilidade maior, tendem a ser mais compreensíveis independente do grau de escolaridade do leitor.

Ao serem questionados sobre a utilização dos elementos do *plain language* como facilitadores da compreensibilidade, em sua grande maioria os respondentes afirmaram total ou parcialmente concordar no sentido de que a utilização desses elementos serviria de auxílio à compreensão. Os resultados foram: utilização de linguagem clara e compreensível (88,40%); evitar o uso de palavras técnicas (85,57%); utilização de gráficos (87,91%); utilização de tabelas (86,97%); utilização de demonstrativos resumidos (83,75%) utilização de siglas e glossários (79,15%); relatório simplificado (85,93%).

Por fim, questionou-se aos respondentes se estes prefeririam que fossem apresentados relatórios distintos com as informações financeiras do setor público, sendo um convencional para os usuários mais sofisticados, que possuem conhecimento no setor público, e outro simplificado, que fosse acessível ao usuário menos especializado. Neste sentido, 87,06% concordaram total ou parcialmente, 3,48% discordaram total ou

parcialmente e 9,45% não opinaram.

Foi realizado também o teste de relações entre as variáveis e a preferência dos respondentes de que o setor público apresente relatórios distintos, um convencional e outro simplificado, que fosse mais acessível ao usuário menos especializado. Neste sentido, houve relação significativa entre a variável escolaridade e a preferência por relatórios mais acessíveis, obtendo-se valor-t de 4,075 e valor-p de 0,000.

A elaboração de relatórios distintos é uma sugestão das pesquisas de Marsh e Montondon (2005); Marsh, Montondon e Ken (2005); Jordan et al. (2016) e Yusuf e Jordan (2017) e, conforme demonstrado, é preferível por grande parte dos respondentes desta pesquisa.

5. Considerações Finais

Este artigo identificou as variáveis associadas à compreensibilidade dos relatórios financeiros do setor público a partir do entendimento dos usuários destas informações e conclui que existe relação entre o grau de escolaridade, o curso de graduação, a ocupação e a autoavaliação em conhecimento sobre a contabilidade do setor público com o nível de compreensibilidade assumido. Constatou-se também que quanto maior for o índice de legibilidade, maior será o público que consegue compreender as informações.

Os achados possibilitaram apontar que o teste de *Flesch* utilizado como métrica de legibilidade, pode auxiliar de forma significativa na produção de relatórios mais acessíveis aos usuários, juntamente com a utilização de atributos que melhoram a qualidade da informação, tais como produzir informações em quantidade adequada, sem elementos desnecessários e que contenham somente informações consideradas relevantes.

A pesquisa também demonstrou a importância da utilização dos elementos do *plain language* como auxílio na produção de informações financeiras mais claras, acessíveis e compreensíveis aos cidadãos, sendo que os questionamentos acerca desse tema tiveram altos níveis de concordância por parte dos respondentes.

Referente à prática profissional, este estudo indica haver uma necessidade de mudanças na forma de divulgação das informações financeiras do setor público, adequando a informação às características dos cidadãos comuns, pois parece haver uma lacuna entre as informações financeiras que são disponibilizadas e o perfil destes

cidadãos.

Ressalta-se que as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são elaboradas a partir da linguagem específica, sendo esperado que os seus usuários tenham conhecimento das atividades deste setor e sejam capazes de ler e compreender essas informações, mesmo tendo em vista que alguns desses assuntos são particularmente complexos e difíceis.

Mostra-se também a importância de se elaborar relatórios distintos, sendo um para os cidadãos sem conhecimentos específicos e voltados aos seus principais interesses, conforme demonstrado no desenvolvimento desta pesquisa, em contrapartida às demonstrações financeiras elaboradas para o cumprimento de obrigações legais e atendimento aos órgãos fiscalizadores. Este parece ser o meio mais acessível, porém não tão fácil de ser implementado, devido às dificuldades e o grande conservadorismo existente, em especial no setor público brasileiro.

Neste sentido, e considerando o demonstrado nesta pesquisa, alternativas poderiam ser utilizadas pelos preparadores desses relatórios, com o objetivo de informar aos cidadãos, usuários primários, sobre os assuntos relatados, divulgando-as, por exemplo, por meio de relatórios simplificados, boletins informativos e gráficos.

De fato, a pesquisa em si aprofundou discussões sobre a legibilidade, compreensibilidade e qualidade da informação. Demonstrando a necessidade de criar estratégias e alternativas onde os cidadãos possam ser instrumentalizados com informações compreensíveis, que pode possibilitar melhoria na qualidade dos relatórios financeiros, especificamente no setor público e; social, traçando caminhos para que os mais diferentes estratos da sociedade possam fazer uso das informações divulgadas pelo setor público.

No entanto, são vários os delineamentos abertos por esta pesquisa e as lacunas existentes na literatura, especificamente aos que buscam entender os fenômenos do setor público. Poucas pesquisas acerca do tema proposto foram desenvolvidas neste setor, e os problemas encontrados aqui, indicam alternativas para a melhoria da qualidade das informações no setor público.

A partir desta pesquisa, recomenda-se uma agenda de pesquisa que envolva a análise dos efeitos da utilização de relatórios com maior legibilidade em comparação aos

relatórios atualmente praticados, o que poderá trazer maior benefício para o setor público e a sociedade.

Referências

- Adelberg, A. H. (1979). A methodology for measuring the compreensibilidade of financial report messages. *Journal of Accounting Research*, 17(2), 565-592. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49396/compreensibilidade-de-leitura-dos-estudantes-de--->
- Augustinho, S. M., & Oliveira, A. G. (2014). A informação contábil pública como instrumento de controle social: A percepção de líderes comunitários da cidade de Curitiba. *Revista de Informação Contábil*, 8(2), 49-68. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/download/13335/16035>
- Avelino, B. C., Cunha, J. V., Lima, G. A., & Colauto, R. D. (2014). Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 13(2), 571-608. Recuperado de <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/4099>
- Babbie, E. (2011). *The basics of social research*. Belmont: Cengage Learning.
- Barnett, A., & Leoffler, K. (1979). Legibilidade of accounting and auditing messages. *The Journal of Business Communication*, 16(3), 49-59.
- Barth, M. E., & Schipper, K. (2008). Financial reporting transparency. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 23(2), 173-190. <https://doi.org/10.1177/0148558X0802300203>
- Clarke, D. P., Hrasky, S. L., & Tan, G. T. (2009). Voluntary narrative disclosures by local governments: A comprative analysis of the textual complety of mayoral and chairpersons' letters in anual reports. *The Australian Journal of Public Administration*, 68(2), 194-207. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8500.2009.00630.x> . <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2009.00630.x>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.) New York: Psychology Press..
- Constituição da República Federativa do Brasil. (2016). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

- Cotrim, C. H. P. (2012). Compreensibilidade dos Relatórios Contábeis e Financeiros de Companhias de Capital Aberto listadas na BM&FBovespa: Uma análise da percepção dos usuários investidores (Dissertação de Mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://tede.fecap.br:8080/handle/tede/678>
- Courtis, J. (1996). Readability of annual reports: western versus Asian evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 4-17. <https://doi.org/10.1108/09513579510086795>.
- Cozby, P. C., & Bates, S. C. (2011). *Methods in Behavioral Research*. New York: McGraw-Hill.
- Cunha, R. K. C., & Silva, C. A. T. (2009). Análise da facilidade de leitura das Demonstrações Contábeis das empresas Brasileiras: Uma investigação do Gerenciamento de impressões nas narrativas contábeis. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 9. Recuperado de https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos92009/an_resumo.asp?con=1&cod_DAS+EMPRESAS+BRASILEIRAS%3A+UMA+INVESTIGA
- Dias, J. M., Fº. (2013). A contabilidade e a ordem social: Uma abordagem das teorias semióticas e da comunicação. *Revista FAE*, 16(1), 6-17. Recuperado de <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/120>
- Dias, J. M., Fº., & Nakagawa, M. (2012). Reflexões sobre a dimensão semiótica da análise de balanços: Uma contribuição à otimização de decisões de crédito. *R. Cont. Ufba*, 33-47. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6194>. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v6i1.6194>
- Dias, J. M., Fº., & Nakagawa, M. (2001). Análise do processo da comunicação contábil: Uma contribuição para a solução de problemas semânticos utilizando conceitos da teoria da comunicação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(26), 42-57. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34055>. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772001000200003>
- Dubay, W. H. (2004). *The Principles of Legibilidade*. California: Impact Information.
- Eppler, M. J. (2006). *Managing information quality: Increasing the value of information in knowledge-intensive products and process* (2nd ed.). Heidelberg: Springer.
- Fakhfakh, M. (2014). Linguistic performance and legibility of auditor's reports with modified opinions: An advanced investigation based on the ISAs on audit reports. *Asian Review of Accounting*, 24(1), 105-130. Recuperado de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ARA-02-2014-0021/full/html>. <https://doi.org/10.1108/ARA-02-2014-0021>
- Félix, C. L., & Silva, L. M. (2009). Regime próprio de previdência e assistência social: Uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal. *Pensar Contábil*, 11(44), 23-31. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/77>
- Gallon, A. V., Trevisan, R., Pfitscher, E. D., & Limongi, B. (2011). A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal publicados nos jornais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 16(1), 79-96. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5480>. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v16i1.5480>
- Hair, J.F., Hult, T.M., Ringle, C.M., & Sarstedt, M. (2014). *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. Los Angeles: SAGE.
- Hall, D. R., Jr. (2001). An investigation of the availability, distribution and usability of the comprehensive annual financial reports of U.S. cities (Dissertation of Master). Florida Atlantic University, Washington, United States. Recuperado de <https://www.proquest.com/openview/ab e8cfaac0041b62f1072cc7972a1007/1?pq-origsite=gsc holar&cbl=18750&diss=y>
- Ijiri, Y. (1975) *Theory of accounting measurement*. Sarasota, FL: American Accounting Association.
- IPSASB. (2010). *Conceptual framework for general purpose financial reporting by public sector entities*. New York. Autor. Recuperado de https://www.ifac.org/system/files/publications/exposure-drafts/IPSASB-ED_Conceptual_Framework_Phase_1.pdf
- Ijeoma, N. B. (2014). The impact of international public sector accounting standard (ipsas) on reliability, credibility and integrity of financial reporting in state government administration in Nigeria. *International Journal Of Technology Enhancements and Emerging Engineering Research*, 2(3), 1-8. Recuperado de <https://issuu.com/ijteee/docs/the-impact-of-international-public->
- Jones, M.J. (1997). Methodological themes critical appraisal of the cloze procedure's use in the accounting domain. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 10, 105-128. <https://doi.org/10.1108/09513579710158739>
- Jones, M. J., & Shoemaker, P. A. (1994). *Accounting narratives: A review of empirical studies of content*

- and legibilidade. *Journal of Accounting Literature*, 13, 142-184. Recuperado de <https://www.proquest.com/openview/e6a9b341cb35264bfa683df5eb62f131/1?pq-origsite=gscholar&cbl=31366>
- Jones, M., & Smith, M. (2014). Traditional and alternative methods of measuring the compreensibilidade of accounting narratives. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(1), 183-208. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1314>
- Jordan, M., Yusuf, J. E., Mayer, M., & Mahar, K. (2016). What citizens want to know about their government's finances: Closing the information gap. *The Social Science Journal*, 53(3), 301-308. 10.1016/j.soscij.2016.04.007
- Kinnersley, R., & Fleischman, G. (2001). The readability of government's letter of transmittal relative to public company management's discussion and analysis. *Journal of public budgeting, accounting & financial management*, 13, 1-22.
- Leandro, C. A., Pérez, M. C. C., & Hernandez, A. M. L. (2016). The convergence of the central american countries to international accounting standards. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 265-283. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rap/a/mLrQ4KsMMk8m6Z7mC8VLBPx/?lang=en>
- Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm
- Lesca, H., & Lesca, E. (1995). *Gestion de l'information, qualité de l'information et performances de l'enterprise*. Paris: Litec.
- Li, F. (2008). Annual report legibilidade, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 221-247. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.02.003>
- Loughran, T., & McDonald, B. (2014). Measuring legibilidade in financial disclosures. *The Journal of Finance*, 69(4), 1643-1671. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jofi.12162>
- Maia, J. O. (2014). O estudo de caso nas pesquisas de e-gov: A relevância de um olhar qualitativo na pesquisa em linguagens e tecnologia. *Linguagem & Ensino*, 17(3), 603-626. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15307>. <https://doi.org/10.15210/rle.v17i3.15307>
- Marsh, T. L., & Montondon, L. G. (2005). A comparision of the legibilidade of governmental annual financial reports popular reports and management discussion and analysis. *Journal of Accounting and Finance Research*, 13(3), 153-161.
- Marsh, T. L., Montondon, L. G., & Kemp, A. M. (2005). Legibilidade of management's discussion and analysis for local governments. *Journal of Organizational Culture, Communications and Conflict*, 9(1), 115-123.
- Marteleteo, R. M. (1987). Informação: Elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno?. *Ciência da Informação*, 16(2), 169-180.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mazzon, J. A. (1981). *Análise do Programa de Alimentação do Trabalhador sob o conceito de marketing social*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1075304>
- Michener, G., & Bersch, K. (2011). Conceptualizing the quality of transparency. *Anais da Global Conference on Transparency*, Rutgers University, Newark, 1-27, 1.
- Miranda, L. C., Silva, A. J., Ribeiro, J. F., Fº., & Silva, L. M. (2008). Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo balanço orçamentário. *Brazilian Business Review*, 5(3), 209-226. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123012563003>
- Orientação técnica CPC 07, de 11 de novembro de 2014. Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Recuperado de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Parker, M. B., Moleshe, V., Harpe, R. D., & Wills, G. B. (2006). An evaluation of information quality frameworks for the world wide web. *Electronic & Software System*, (20), 1-11. Recuperado de <http://eprints.soton.ac.uk/id/eprint/262908>
- Peleias, F. A. (2017). *Mecanismos linguísticos (des) favoráveis para a legibilidade das demonstrações financeiras: Uma análise das empresas listadas no mercado de capitais brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://tede.fecap.br:8080/handle/jspui/738>
- Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2007). Are ICTs improving transparency and accountability in the EU Regional

- and local governments? An empirical study. *Public Administration*, 85(2), 449-472. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2007.00654.x>
- Plainlanguage. (2011). Federal Plain Language Guidelines. Recuperado de <https://www.plainlanguage.gov/media/FederalPLGuidelines.pdf>
- Pronunciamento de Orientação CODIM n. 19 de março de 2016. Melhores práticas de divulgação de informações em notas explicativas. Recuperado de www.codim.org.br/.../PO_CODIM_n_19_Melhores_Praticas_Divulgacao
- Resolução CFC n. 2016/NBCTSPEC, de 04 de outubro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Recuperado de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc
- Riahi-Belkaoui, A. (1995). *The linguistic shaping of accounting*. London: Quorum Books.
- Rodrigues, F. F., & Silva, C. A. (2015). Fatores determinantes das informações divulgadas no relatório da administração das empresas brasileiras de capital aberto. *Business and Management Review*, 4(10), 282-298. Recuperado de <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5129>
- Santos, A. M., & Mascarenhas, R. C. (2007). Análise da compreensibilidade dos relatórios de gestão das unidades gestoras do governo federal jurisdicionadas à CGU Regional/AM e ao TCU SECEX/AM. *Anais do Congresso Brasileiro de Custo*, João Pessoa, PB, Brasil, 14. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1562>
- Securities Exchange Commission (1998). *A plain english handbook: How to create clear SEC disclosure*. Recuperado de www.sec.gov/pdf/handbook.pdf.
- Secretaría de La Función Pública (2007). *Lenguaje claro* (3a ed.). México. Autor. Recuperado de <http://www.funcionpublica.gob.mx/web/doctos/temas/programas/ManualLenguajeClaro.pdf>
- Shannon, C. E. (1948). A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, 27, 379-423, 623-656.
- Shannon, C. E., & Weaver, W. (1964). *The mathematical theory of communication*. Urbana: The University of Illinois Press.
- Silva, C. A., & Fernandes, J. L. (2009). Legibilidade dos fatos relevantes no Brasil. *RAC-Eletrônica*, 3(1), 142-158. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31132/legibilidade-dos-fatos-relevantes-no-brasil/i/pt-br>
- Smith, M., & Taffler, R. (1992). Legibilidade and compreensibilidade: Different measures of the textual complexity of accounting narrative. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 5(4), 84-98.
- Stead, B. A. (1977). Content analysis and legibilidade formulas as applied to the accounting principles board opinions. *The Journal of Business Communication*, 14(3), 23-34.
- Yusuf, J. E., & Jordan, M. M. (2017). Accessibility of the management's discussion and analysis to citizen users of government financial reports. *Public Budgeting & Finance*, 37(4), 74-91. Recuperado de <https://ideas.repec.org/a/bla/pbudge/v37y2017i4p74-91.html>